



As consequências da EC 109 e o novo combate: PEC 32

Audiência com parlamentares da Bahia
7 de abril de 2021

À beira de colapso sanitário nacional, o Congresso priorizou entrega do BC (PLP 19/2019) e em seguida:

- **PEC 186 (EC 109)** coloca política fiscal recessiva na Constituição para amarrar as possibilidades de investimento social e desenvolvimento socioeconômico, privilegiando explicitamente o gasto financeiro com a dívida pública, que tem crescido principalmente por causa da política monetária do Banco Central.



28 DE JANEIRO, 2021

Monitor Mercantil: "Estamos sob a ditadura do capital", por Maria Lucia Fattorelli

- **PEC 32** desmonta a estrutura do Estado e abre possibilidade de privatizar tudo. O rombo das contas públicas não está no serviço público, mas no Sistema da Dívida

EC 109 aprofunda o arrocho que vivemos desde a EC 95

- Coloca o AJUSTE FISCAL na Constituição, forçando a retração econômica quando o país precisa justamente do contrário.
- Cria novo subteto: SUPERÁVIT FISCAL DE PELO MENOS 5% em relação às receitas correntes
- Aprofunda o arrocho que vivemos com os efeitos da EC-95 (teto de gastos primários, que deixa a dívida fora do teto)
- Medidas de ajuste, suspensões, vedações e privatizações terão que ser adotadas. No caso de calamidade, "*outras suspensões, dispensas e afastamentos aplicáveis...*"
- Imenso sacrifício imposto à Nação brasileira, para servir aos privilégios para pagamento da questionável dívida pública que nunca foi devidamente auditada, como manda a CF.

PEC 186 concede privilégios ao mercado e esmolas para o povo

<https://bit.ly/3dnzw7q>

Privilégio da Dívida em diversos dispositivos da PEC 186

- Art. 163 “sustentabilidade da dívida”, garantindo-se ajustes , suspensões, vedações e privatizações para pagar a dívida
- Art. 164-A – todos os entes conduzirão suas políticas no sentido de garantir a sustentabilidade da dívida
- Art. 165 submete toda a programação dos gastos públicos à sustentabilidade da dívida;
- Art. 167-F e Art. 5º permite que **recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro (o chamado “superávit financeiro”) sejam destinados para o pagamento da dívida pública**, ainda que tenham vinculação com determinado investimento social.
- Art. 167-E permite emissão de novos títulos da dívida para pagar juros

Para que tem servido a dívida pública no Brasil

<https://bit.ly/3dMqBhw>

EC 109 impulsiona a insustentabilidade da dívida SEM LIMITE e exige arrocho fiscal para garantir a sustentabilidade da dívida



PEC 186



Impulsiona o crescimento insustentável da dívida
ao permitir a emissão de novos títulos para pagar juros e, em seguida,
determina cortes de direitos sociais, desmonte do Estado e privatizações para garantir a sustentabilidade da dívida!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A emissão de títulos para pagar juros, além de insustentável, configura o Anatocismo, que tem sido um dos principais responsáveis pelo crescimento exponencial da dívida pública no Brasil, em flagrante desrespeito à Sumula 121 do STF

EC 109 provoca dano às finanças de Estados e Municípios

- **CALOTE AOS RESSARCIMENTOS DEVIDOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS:**

A EC 109 representa um dano também aos estados e municípios, pois acaba com o ressarcimento pela União das perdas de estados e municípios com a chamada “Lei Kandir”: lei federal (Lei complementar 87/96) que concedeu isenção de imposto estadual (ICMS) sobre exportações de produtos primários e semi-elaborados, obrigando o governo federal ressarcir estados e municípios dessa perda. Ao longo dos anos, o ressarcimento tem sido historicamente insuficiente e a EC 109 extingue a possibilidade de reposição dessas perdas, empobrecendo todos os entes federados do país.

- **REDUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS AGRAVARÁ AINDA MAIS A RECESSÃO PARA ATENDER A META DE AJUSTE FISCAL**

- **BENESSE PARA DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA:**

Por outro lado, a EC 109 é permissiva com devedores da Previdência, pois permite que a pessoa jurídica em débito com a Seguridade Social possa contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

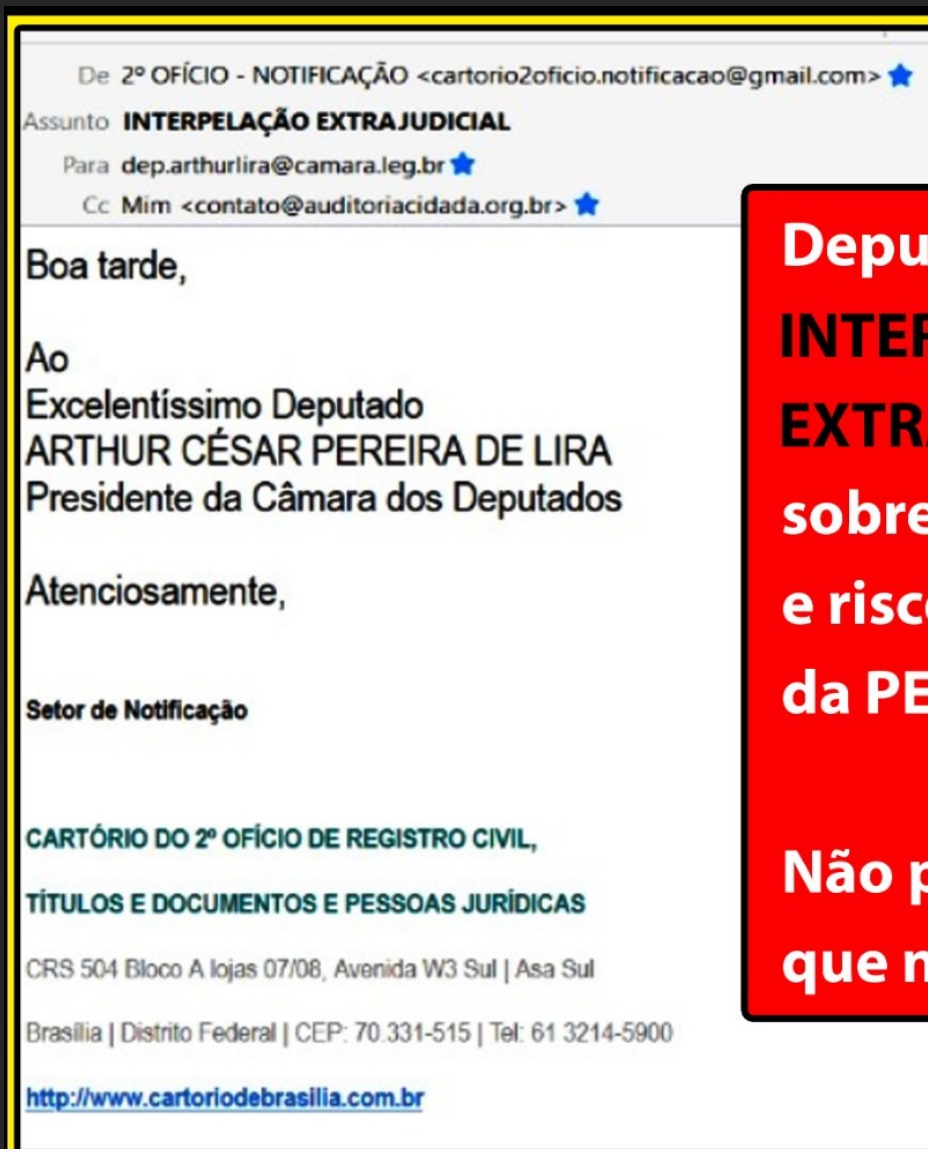
EC 109 acarretará congelamento de carreiras, reajustes a servidores, salário mínimo e benefícios previdenciários

O Substitutivo aprovado no Congresso também prevê que, caso a relação entre despesas correntes e receitas correntes supere 95%, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, **vedar**, por exemplo:

- a concessão de qualquer aumento, vantagem, criação de cargos, planos de carreira, aos servidores públicos;
- qualquer aumento de despesa obrigatória;
- o aumento real do salário mínimo ou benefícios previdenciários;
- outros

ACD enviou INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL via Cartório

<https://bit.ly/3leLUtK>



**Deputados(as)
INTERPELADOS
EXTRAJUDICIALMENTE
sobre danos
e riscos
da PEC 186/2019**

**Não poderão dizer
que não sabiam!**

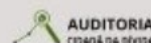


AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Nova iniciativa

**EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO**

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/exigimosauditoriaja/>

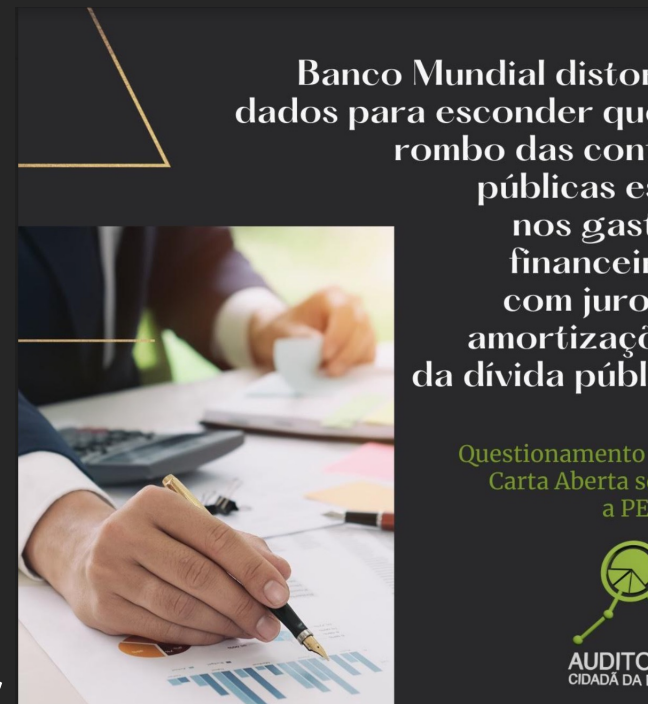


<https://auditoriacidada.org.br/video/video-16-ehoradevirarojogo/>

GÊNESE DA PEC 32/2020

*"... estudo do **Banco Mundial** (Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil), publicado em 2017, já evidenciava que **o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social**, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, **corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal**.*

BANCO MUNDIAL, braço do BIS, omite o gasto com o Sistema da Dívida, que é o maior gasto público e impede investimentos



Documento da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa (PEC 32) também usa a “crise” como justificativa para essa contrarreforma



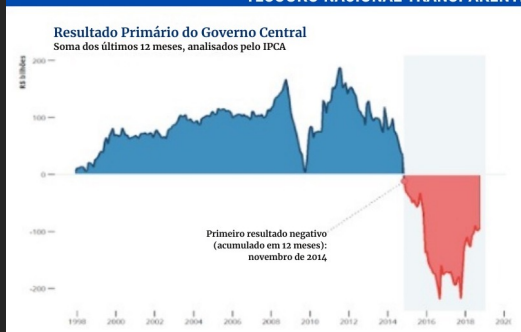
FRENTE PARLAMENTAR DA
REFORMA ADMINISTRATIVA

Carta de apresentação

Para justificar a PEC 32, o governo adota conclusões erradas do Banco Mundial sobre alegados gastos excessivos com a estrutura do Estado, quando dados oficiais do próprio governo demonstram que produzimos **R\$ 1 trilhão de superávit** primário de 1995 a 2015.

Questionamento 18 da Carta Aberta sobre a PEC 32

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE



A crise iniciada em 2014 e a dificuldade em retomar a economia, que persistem nos dias atuais, tornam clara a baixa capacidade de resposta do Estado brasileiro aos desafios contemporâneos. Concluimos uma década com um dos piores índices de crescimento de nossa história. Problemas sociais que pareciam

PEC 32 desmonta a estrutura do Estado e abre a possibilidade para Privatização geral dos serviços

- Dados distorcidos apresentados pelo governo e Banco Mundial para “culpar” o serviço público e servidores:
 - PLOA 2021
 - Gasto excessivo em anos que produzimos superávit primário
 - Crise, queda do PIB em 2015-2016 e tendência dos investimentos a zero
 - “*prêmios salariais excepcionalmente altos*”
 - Excesso de servidores
- MODIFICAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO: “subsidiariedade”
- Compartilhamento dos serviços com o setor privado
- Chefias poderão ser ocupadas por pessoas de fora da carreira
- Poderes de imperador para o presidente da República
- Danos aos servidores públicos: perda da estabilidade, RJU, carreiras
- DANOS À SOCIEDADE: risco de fim dos serviços públicos gratuitos e universais



**CARTA ABERTA
DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO
E AOS PARLAMENTARES**

**QUESTIONA OS ARGUMENTOS E DADOS USADOS POR AUTORIDADES
PARA JUSTIFICAR A “REFORMA ADMINISTRATIVA” (PEC 32/2020)**

Brasília, 11 de fevereiro de 2021

Excelentíssimos(as) Deputados(as) Federais
Membros da Comissão de Constituição e Justiça
Câmara dos Deputados
Brasília – DF



Cerca de 120 entidades já apoiam a Carta Aberta

- *Lives* semanais
- Posts sobre os 25 questionamentos
- Releases
- Contatos com imprensa
- Envio para autoridades do Executivo e Legislativo
- Interpelação extrajudicial

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-questiona-reforma-administrativa-pec-32-2020-deputados-membros-da-ccj/>

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso,
a dívida interna federal aumentou de
R\$86 bilhões para quase
R\$4 trilhões no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “crise”

Para que tem servido a dívida pública?

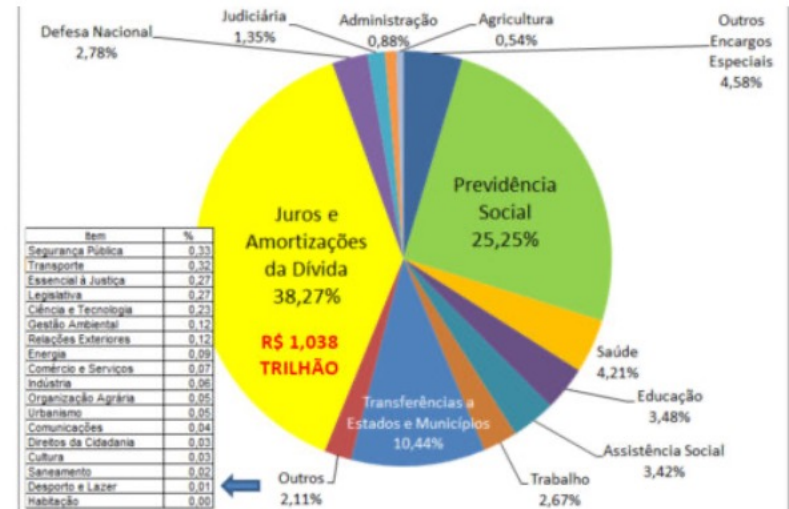


27 DE OUTUBRO, 2020

**Para que tem servido a Dívida Pública
que você paga?**

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública
CAE/Senado



11 DE SETEMBRO, 2020

**PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA
PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia
Fattorelli**

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

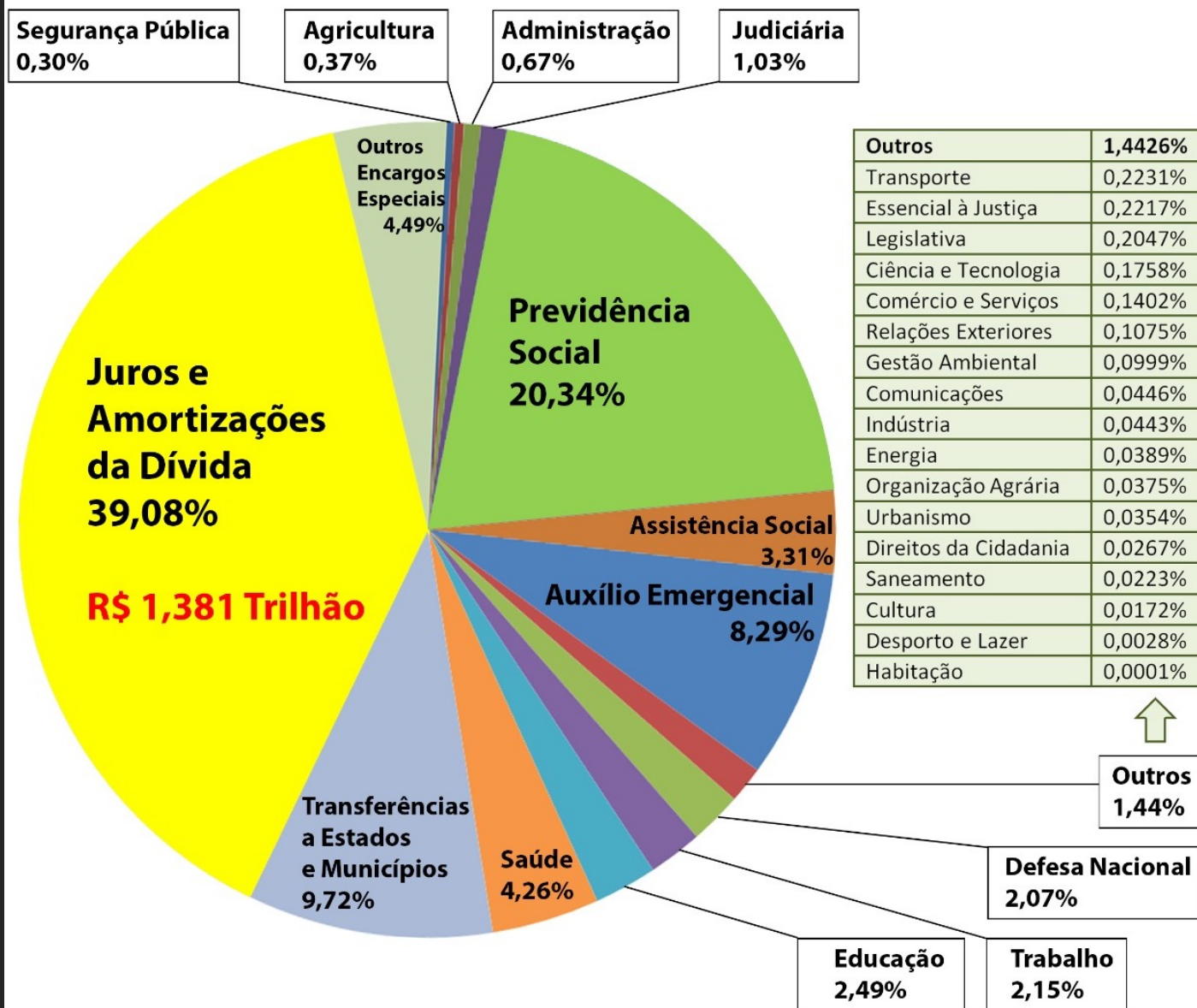
A “necessidade” de pagar a DÍVIDA PÚBLICA GERADA DE FORMA ILEGÍTIMA

Tem sido a justificativa para:

- Destinação da maior parte do Orçamento Federal para os gastos com Juros e Amortizações
- Contínuo e rigoroso Ajuste Fiscal, levando a contingenciamentos cada vez mais drásticos que impedem o funcionamento do Estado (até mesmo na área da Defesa Nacional) e a prestação dos serviços públicos essenciais (Saúde, Educação etc.)
- Privatizações
- Contrarreformas que favorecem bancos <https://bit.ly/2XV1Pkw>
- Modificações constitucionais danosas (EC 95 do Teto de Gastos, EC 109 que coloca o ajuste fiscal na Constituição)
- Novos esquemas geradores de dívida pública: “Securitização” e EC 106/2020 (compra de papel podre pelo BC sem limite <https://bit.ly/3jK41a5>)

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES

Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Em 2020 o gasto com a dívida foi o que mais cresceu! **A Educação perdeu recursos** em termos percentuais e nominais (Ver tabela 2 em

<https://bit.ly/3pOSvvH>

Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QtvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

Estamos sob a Ditadura do Capital

Ver artigo em

<https://bit.ly/39IIH2C>



Imagem: Credit
Suisse/Divulgação

Juro e dólar subirão se Brasil não fizer reforma em 6 meses, diz economista

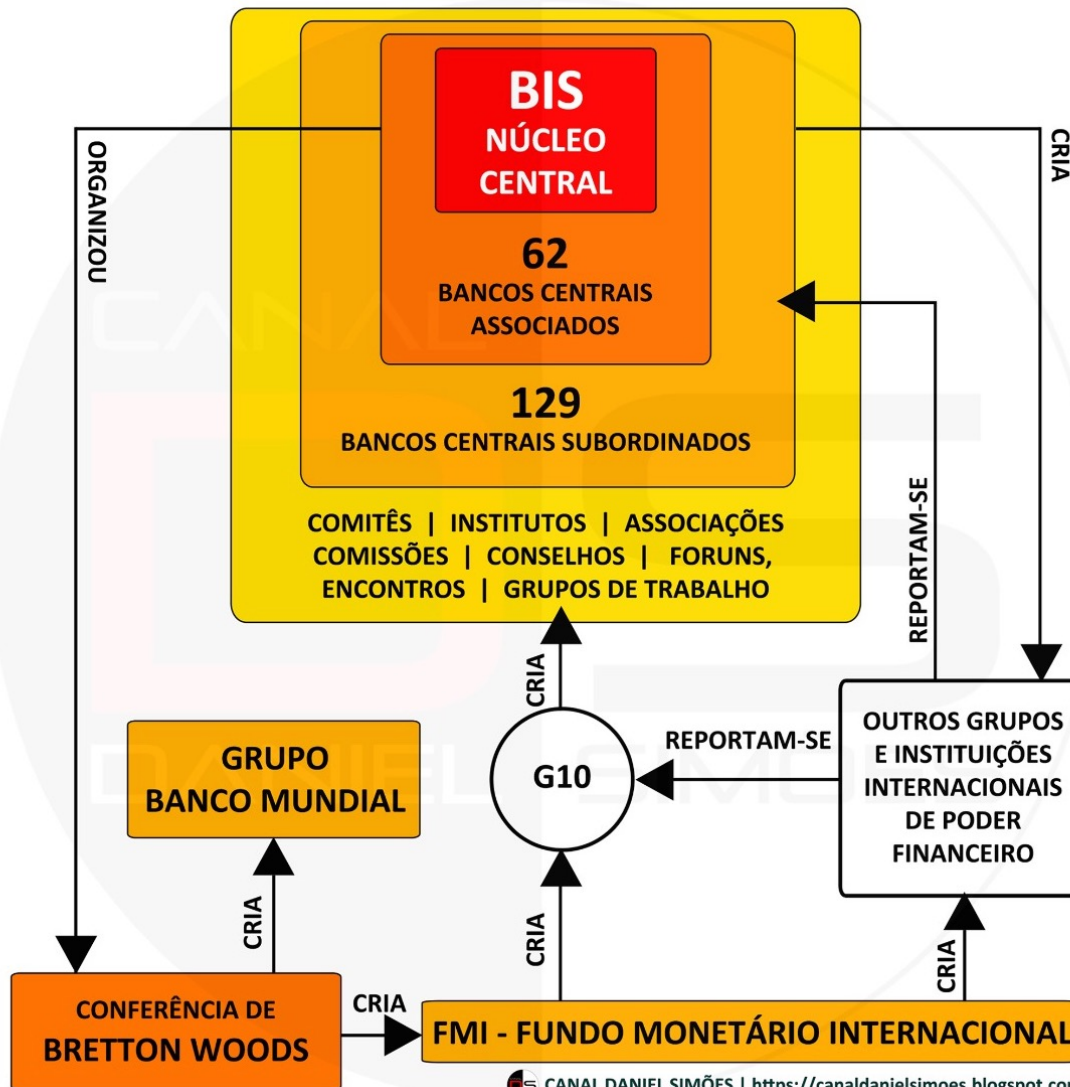
Antonio Temóteo
Do UOL, em Brasília
17/01/2021 04h00

O Brasil tem seis meses para realizar reformas para equilibrar as contas públicas. Caso isso não ocorra, o preço do dólar, os juros e a inflação vão subir e o país perderá a credibilidade perante os investidores. A previsão é da economista-chefe para o Brasil do banco Credit Suisse, Solange Srouf.

QUEM MANDA NO BRASIL ?

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE B.I.S., G10, F.M.I. E GRUPO BANCO MUNDIAL

Criado por Daniel Simões - Dados de 09.07.2020



O BIS e o SISTEMA DA DÍVIDA

<https://bit.ly/3hVPV3Z>

BANCO PRIVADO BIS:

Centro do poder de
regulamentação e
supervisão financeira
global

<https://bit.ly/35mCy7h>

A crise que enfrentamos desde 2014 foi FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central



<https://bit.ly/3cDQuXO>

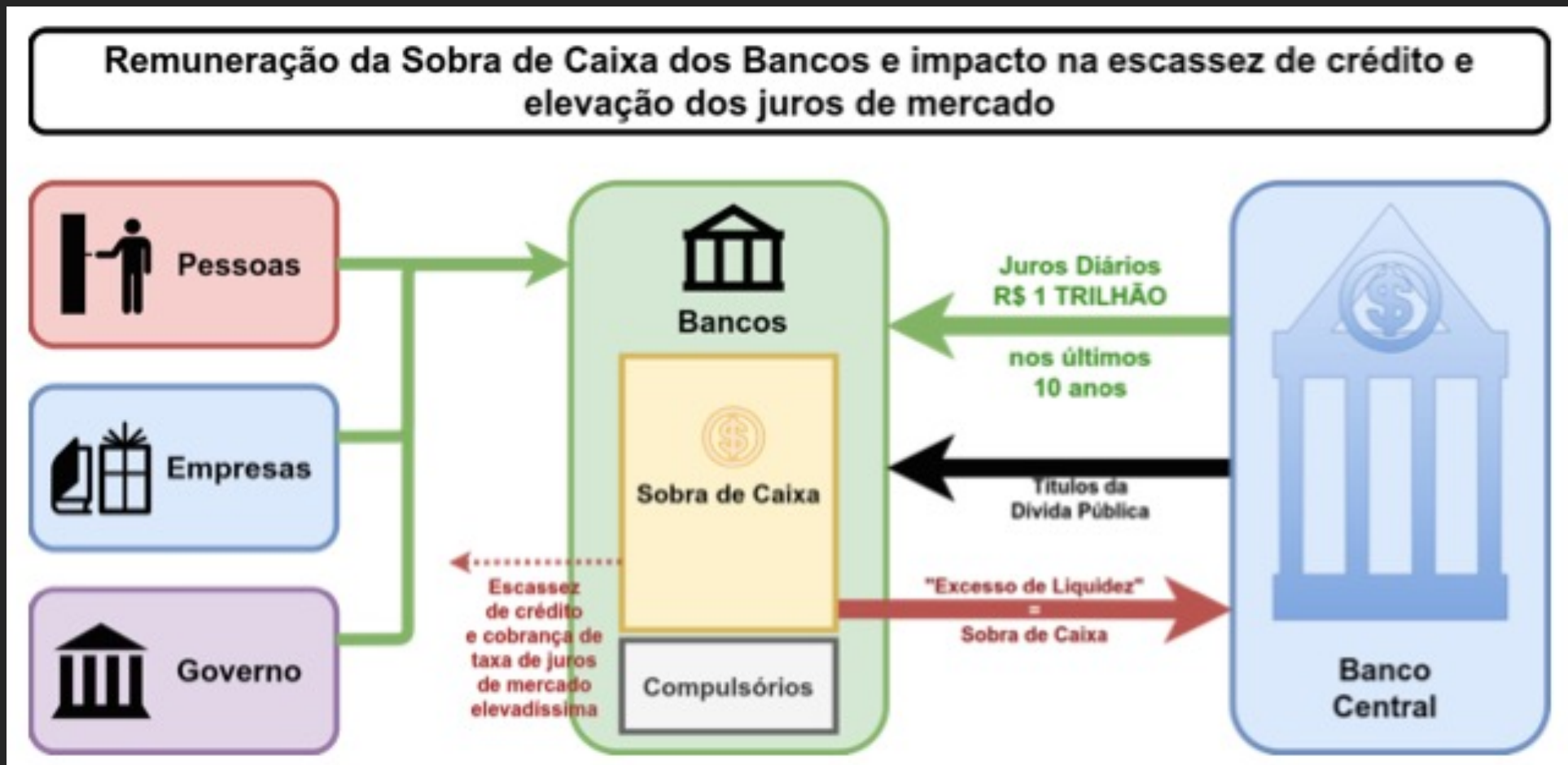


<https://bit.ly/39WBg5C>



<https://bit.ly/3liKWeM>

BOLSA-BANQUEIRO: principal mecanismo responsável pela “crise fabricada” em vias de ser legalizado pelo PL 3877/2020



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

PARA QUE TEM SERVIDO A “CRISE FABRICADA” PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto)
- ✓ EC 93 (aumento da DRU para 30%)
- ✓ Lei Complementar 159/2017
- ✓ Desonerações danosas ao financiamento da Seguridade Social
- ✓ Reformas Trabalhista, da Previdência e Administrativa (PEC 32)
- ✓ Privatizações insanas
- ✓ Esquema Fraudulento: “Securitização de Créditos Públicos”
- ✓ Autonomia do Banco Central, “legalização” da remuneração da
sobra de caixa dos bancos – PL 3.877/2020, PLP 19/2019
- ✓ Plano mais Brasil para banqueiro: PEC 186, 187 e 188
- ✓ PEC 438
- ✓ EC 106, EC 109

Em poucos meses de 2020 Banco Central liberou trilhões aos bancos

Capítulo 2 – Temas selecionados

Tabela 2.1.3.2 - Medidas para salvaguardar a estabilidade financeira

Fonte: Banco Central do Brasil

Medida	Potencial	Implementado
Liberação de liquidez	R\$ 1.274 bi	R\$ 352,5 bi
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	R\$ 135 bi	R\$ 135 bi
Liberação de adicional de compulsório	R\$ 70 bi	R\$ 70 bi
Flexibilização de LCA	R\$ 2,2 bi	R\$ 2,2 bi
Empréstimo com lastro em LF garantidas	R\$ 670 bi	R\$ 54,9 bi
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	R\$ 50 bi	R\$ 23,2 bi
Novo DPGE	R\$ 200 bi	R\$ 19 bi
Empréstimo com lastro em debêntures + compulsório para funding de recompra de LF	R\$ 91 bi	R\$ 3 bi
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	R\$ 55,8 bi	R\$ 45,2 bi
Liberação de capital	R\$ 1.348,2 bi	R\$ 1.218,15 bi
Overhedge	R\$ 520 bi	R\$ 520 bi
Redução do ACCPBrasil	R\$ 637 bi	R\$ 637 bi
Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas	R\$ 35 bi	R\$ 35 bi
Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte	R\$ 16,5 bi	R\$ 16,5 bi
Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE	R\$ 12,7 bi	R\$ 1,95 bi
Otimização do capital (CGPE)	R\$ 127 bi	R\$ 7,7 bi
Dispensa de provisionamento por repactuação	R\$ 3.200 bi*	R\$ 889,8 bi
Compra de ativos no mercado secundário	N.D.	-
Outras medidas		
Linha de swap de dólar com Fed	US\$ 60 bi	0
Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE)	R\$ 40 bi	R\$ 6,3 bi
Imóvel como garantia de mais de um empréstimo	R\$ 60 bi	-

* Crédito potencialmente beneficiado pela medida.

Tesouro gastou quase R\$ 3 Trilhões em 10 anos para financiar o Banco Central

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL PELO TESOIRO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira (Bilhões de Reais)	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC (Bilhões de Reais)	Soma (Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,30	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
Soma	1.669,97	1.230,13	2.900,11

Elaboração própria. Fonte: <https://bit.ly/3hOKYtu> e <https://bit.ly/32CXI0h>

Ver artigo “O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais, disponível em <https://bit.ly/2YJf6P7>

Em vez de interromper a política monetária suicida praticada pelo Banco Central, o Congresso aprovou a autonomia almejada pelos bancos há décadas!

O Banco Central quer ficar
"independente"

para sacramentar a
política monetária suicida
que amarra o Brasil.



NÃO aos projetos
PLP 19 e 112/2019

#ÉHORAdEVIRARoJOGO



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

**PLP 19/2019 dá
CHEQUE EM BRANCO
para banqueiros**

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Ver artigo <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/plp-19-2019-da-cheque-em-branco-para-banqueiros-por-maria-lucia-fattorelli/>

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Relação entre as medidas de desmonte do Estado e o Modelo Econômico Errado adotado no Brasil
- Privilégio de trilhões para a Política Monetária suicida do BC
- Sistema da Dívida

➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Divulgar a Carta Aberta contra PEC 32 <https://bit.ly/2NFqg5w>
- Interpelação Extrajudicial PEC 32 e 186 <https://bit.ly/3leLUtK>
- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**
- Participar das mobilizações www.auditoriacidada.org.br



Grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIADIDADA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO